



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Dom Eliseu



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Dom Eliseu (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Dom Eliseu, a taxa de pobreza iniciou em 2019 com 26,4% e apresentou leve queda para 25,7% em 2020. Em 2021, houve pequeno aumento para 26,9%, seguido de forte elevação em 2022, quando alcançou 39,4%. Em 2023, o município registrou um importante queda, retornando ao patamar de 25,6%, inferior ao valor inicial de 2019. Já a Região de Integração Rio Capim começou com 44,4% em 2019, caiu para 43,3% em 2020, mas subiu para 43,9% em 2021 e atingiu pico de 62,6% em 2022. Em 2023, houve recuo para 46,3%. O Estado do Pará seguiu padrão semelhante: ini-

ciou com 41,9% em 2019, caiu para 40,8% em 2020, subiu para 41,9% em 2021, saltou para 59,2% em 2022 e caiu para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

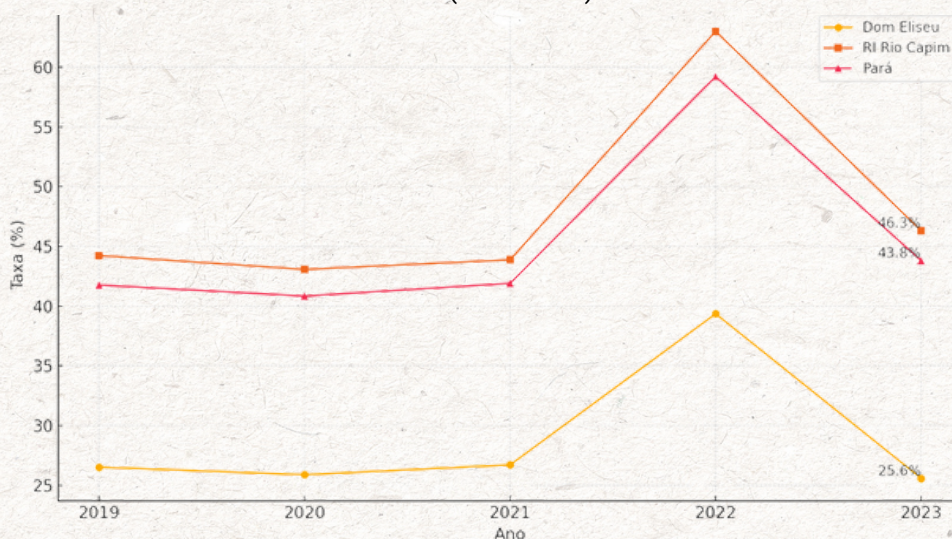
O ano de 2022 foi marcado por um agravamento significativo da pobreza nos três territórios analisados, com aumento superior a 10 pontos percentuais em todos eles. Esse salto pode estar relacionado aos efeitos econômicos da pandemia, inflação e perda de poder de compra. No entanto, o cenário de 2023 indica recuperação. Em Dom Eliseu, a taxa caiu 13,8 pontos em relação a 2022, retornando ao nível mais baixo da série.





Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)

Na RI Rio Capim, a redução foi de 16,3 pontos e, no estado do Pará, de 15,4 pontos percentuais. Apesar da recuperação, o Pará e a RI Rio Capim ainda permanecem com taxas elevadas acima de 40% (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

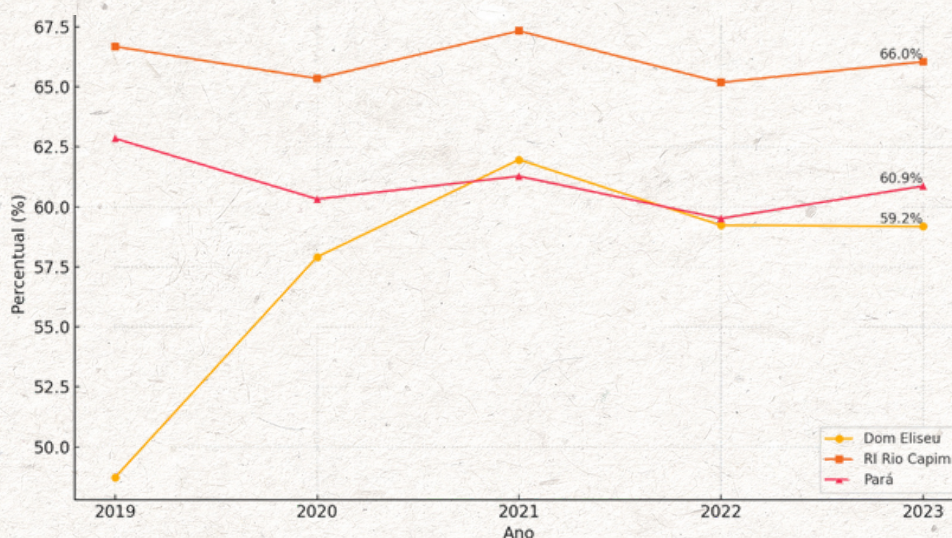
Dom Eliseu apresentou aumento expressivo nos gastos com serviços essenciais entre 2019 e 2021. Em 2019, o percentual era de 48,6%, subindo para 57,9% em 2020 e alcançando 62,0% em 2021. Em 2022, o percentual caiu para 59,3% e permaneceu quase estável em 2023, com 59,2%. A RI Rio Capim manteve-se com níveis elevados e mais constantes, saindo de 67,1% em 2019, caindo levemente para 65,3% em 2020, subindo para 67,2% em 2021 e depois reduzindo-se para 65,1% em 2022 e 66,0% em 2023. O estado do Pará apresentou 62,8% em 2019, caindo para 60,4% em 2020 e depois subindo para 61,3% em 2021. Em 2022, houve nova queda para 59,6%, seguida de leve recuperação para

60,9% em 2023 (Gráfico 2).

O município de Dom Eliseu evidenciou esforço de ampliação dos investimentos em serviços essenciais no início da série, aproximando-se dos percentuais da média estadual e da sua Região de Integração. No entanto, a estabilização dos percentuais após 2021 pode indicar contenção fiscal ou ajustes na alocação orçamentária. A Região de Integração manteve uma média superior a 65% ao longo de todo o período, sinalizando maior estabilidade em políticas públicas essenciais. Já o estado do Pará, embora com variações menores, também apresentou certa oscilação, com tendência de ligeira queda e posterior recuperação (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

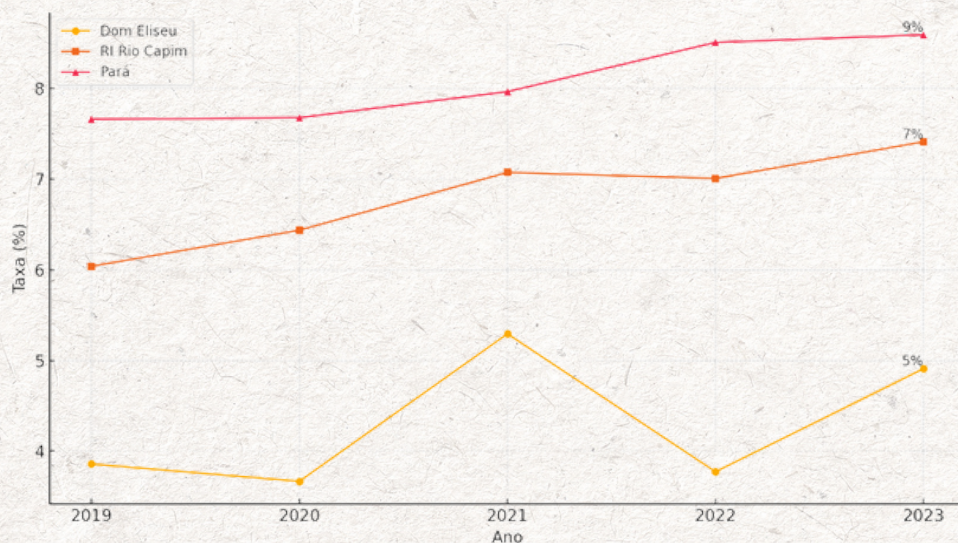
No município de Dom Eliseu, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer era de 3,9% em 2019 e teve pequena queda para 3,6% em 2020. Em 2021, o percentual subiu consideravelmente para 5,3%, caiu novamente para 3,7% em 2022, e voltou a subir para 5% em 2023. A RI Rio Capim apresentou crescimento contínuo: de 6,1% em 2019, passou a 6,4% em 2020, 7,1% em 2021, manteve 7% em 2022 e subiu para 7% em 2023. O estado do Pará começou com 7,7% em 2019, mantendo 7,7% em 2020, subindo para 7,9% em 2021, 8,7% em 2022 e alcançando 9% em 2023 (Gráfico 3).

Embora Dom Eliseu apresen-

te variações ano a ano, seus valores permanecem consistentemente abaixo da média estadual e da RI, o que pode refletir condições relativamente melhores de saúde materna e pré-natal local. No entanto, o pico observado em 2021 e a nova alta em 2023 alertam para a possibilidade de fragilidades pontuais na atenção básica ou no acompanhamento gestacional. A tendência ascendente da RI e do estado é preocupante, especialmente porque o estado ultrapassou a marca dos 9% em 2023. Isso aponta para uma necessidade urgente de políticas públicas voltadas à melhoria da saúde perinatal e da nutrição de gestantes (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

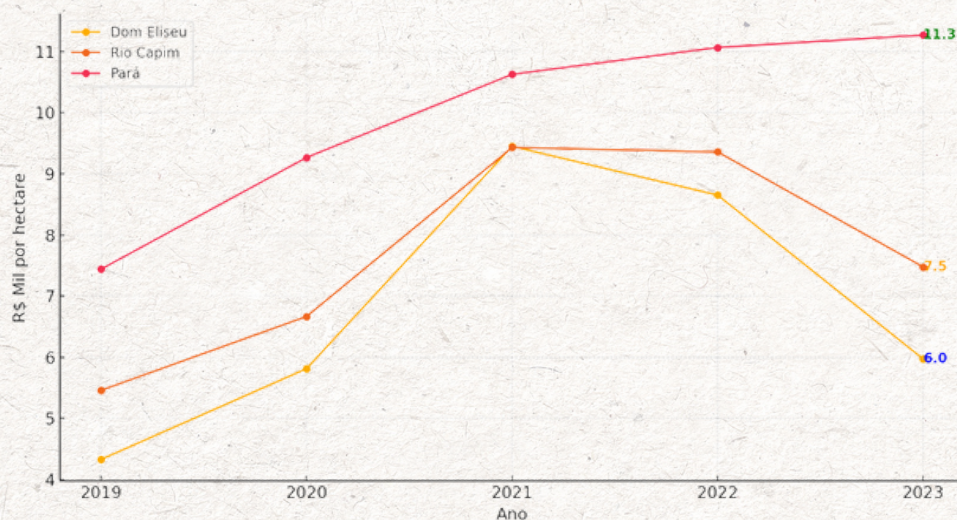
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Dom Eliseu iniciou o período de análise com produtividade agrícola de R\$ 4,3 mil por hectare em 2019, aumentando para R\$ 5,8 mil em 2020 e atingindo o pico de R\$ 9,4 mil em 2021. Em 2022, houve recuo para R\$ 8,7 mil, seguido de queda expressiva para R\$ 6,0 mil em 2023. A RI Rio Capim partiu de R\$ 5,5 mil em 2019, subindo para R\$ 6,6 mil em 2020, R\$ 9,3 mil em 2021, R\$ 9,3 mil em 2022 e caiu para R\$ 7,5 mil em 2023. Já o estado do Pará teve trajetória de crescimento contínuo: de R\$ 7,4 mil em 2019, passou a R\$ 9,3 mil em 2020, R\$ 10,6 mil em 2021, R\$ 11,1 mil em 2022 e R\$ 11,3 mil em 2023 (Gráfico 4).

O desempenho de Dom Eliseu revelou forte crescimento até 2021, com expansão de mais de 100% em dois anos, mas a queda acentuada nos anos seguintes reduziu o avanço conquistado. A RI seguiu padrão semelhante, embora com menor declínio em 2023. O Pará, por sua vez, consolidou crescimento sustentado ao longo do quinquênio, mantendo-se como destaque na produtividade agrícola. A perda de rendimento agrícola em Dom Eliseu e na RI pode estar ligada a fatores como clima adverso, aumento de custos de produção ou redução em tecnologias empregadas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

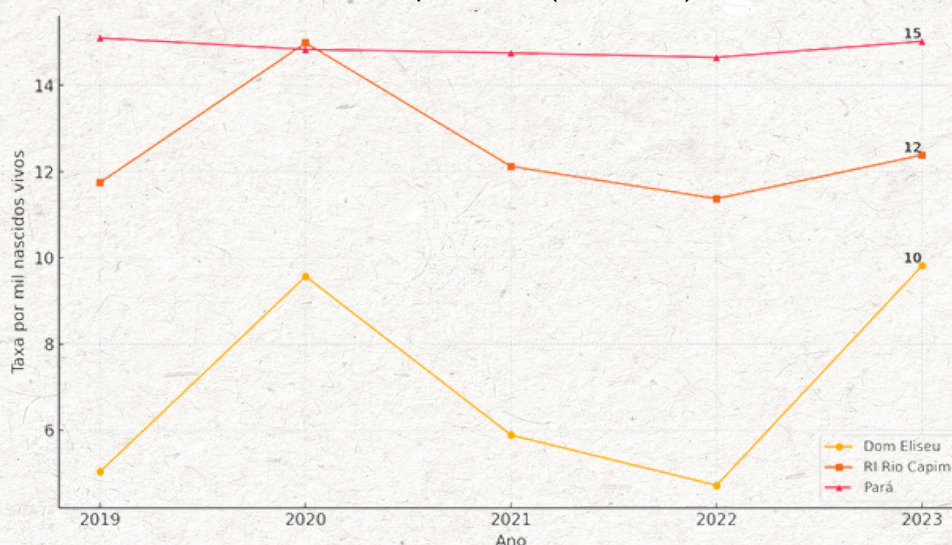
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Dom Eliseu, a taxa de mortalidade infantil começou em 2019 com 5,1 por mil nascidos vivos, subindo para 9,6 em 2020. Em 2021, houve queda para 6,0, seguida de novo recuo para 4,7 em 2022. Contudo, o indicador voltou a subir em 2023, atingindo 10,0. Na Região de Integração Rio Capim, os valores iniciaram em 11,8 em 2019, subiram a 15,0 em 2020 e caíram gradualmente: 12,1 em 2021, 11,4 em 2022, voltando a subir para 12,4 em 2023. Já o estado do Pará apresentou estabilidade, variando de 15,1 em 2019 para 15,0 em 2023, oscilando entre 14,7 e 15,1 (Gráfico 5).

A mortalidade infantil em Dom Eliseu oscilou mais intensamente que nos demais níveis, com uma forte alta em 2020 e 2023. A RI Rio Capim mostrou trajetória similar, com elevações nos mesmos anos, sugerindo influências regionais, possivelmente relacionadas à fragilidade dos serviços de saúde materno-infantil. No entanto, o estado do Pará apresentou comportamento praticamente estável, mantendo valores consistentemente mais altos que o município. A retomada do crescimento em 2023 acende alerta para reforço das políticas de saúde básica (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

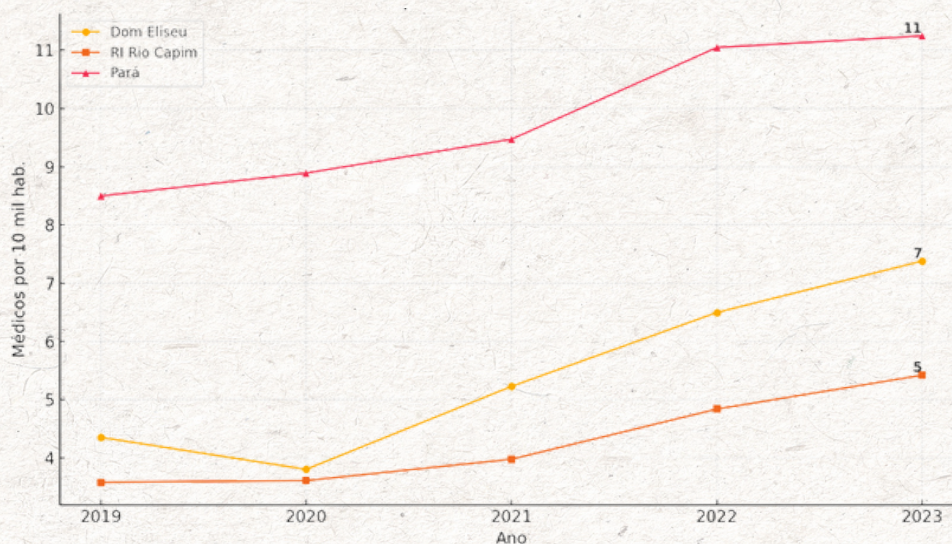
Dom Eliseu iniciou 2019 com 4,4 médicos por 10 mil habitantes, número que caiu para 3,8 em 2020. A partir de 2021, observou-se crescimento contínuo: 5,3 em 2021, 6,5 em 2022 e 7,3 em 2023. A Região de Integração Rio Capim manteve ritmo mais lento: de 3,6 em 2019 e 2020, avançou para 4,0 em 2021, 4,8 em 2022 e 5,4 em 2023. O estado do Pará teve crescimento constante, iniciando com 8,5 médicos por 10 mil hab. em 2019 e atingindo 11,2 em 2023 (Gráfico 6).

A evolução da densidade médica em Dom Eliseu revela importante avanço na

última metade da série, com incremento de quase 100% entre 2020 e 2023. Esse aumento pode ter impacto direto em indicadores de saúde como a redução da mortalidade infantil, ainda que com desafios. A RI Rio Capim, embora cresça, ainda mantém déficit considerável frente ao estado e ao município. O estado do Pará se consolidou com o melhor desempenho, mantendo ritmo estável de crescimento e oferta de profissionais de saúde. A tendência positiva em Dom Eliseu é promissora, porém ainda exige expansão para se aproximar da média estadual (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Dom Eliseu iniciou 2019 com 158,3 vagas por mil habitantes no ensino público, número que caiu para 152,2 em 2020 e depois para 146,0 em 2021. Em 2022, houve leve recuperação, com 147,7 vagas por mil, mas em 2023 ocorreu queda acentuada para 129,2. A RI Rio Capim partiu de 221,0 em 2019, caindo para 213,6 em 2020, manteve 212,7 em 2021, subiu para 231,7 em 2022 e fechou 2023 com 210,1. O estado do Pará apresentou tendência parecida: 211,7 em 2019, caindo para 206,1 em 2020, mantendo 207,6 em 2021, subindo a 219,6 em 2022 e recuando para 198,1 em 2023 (Gráfico 7).

O município de Dom Eliseu teve o pior desempenho entre os três níveis territoriais ao longo da série, com declínio contínuo e alarmante, especialmente entre 2022 e 2023, quando perdeu mais de 18 vagas por mil habitantes. Esse comportamento pode indicar fechamento de turmas, redução de população estudantil atendida ou desatualização na expansão da rede pública. Em contrapartida, a RI Rio Capim e o estado do Pará apresentaram mais estabilidade e chegaram a registrar aumentos em 2022, embora também tenham encerrado 2023 com retração (Gráfico 7).

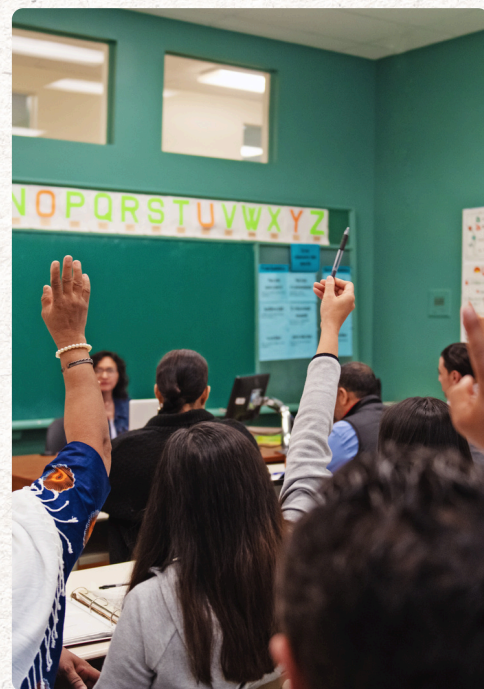
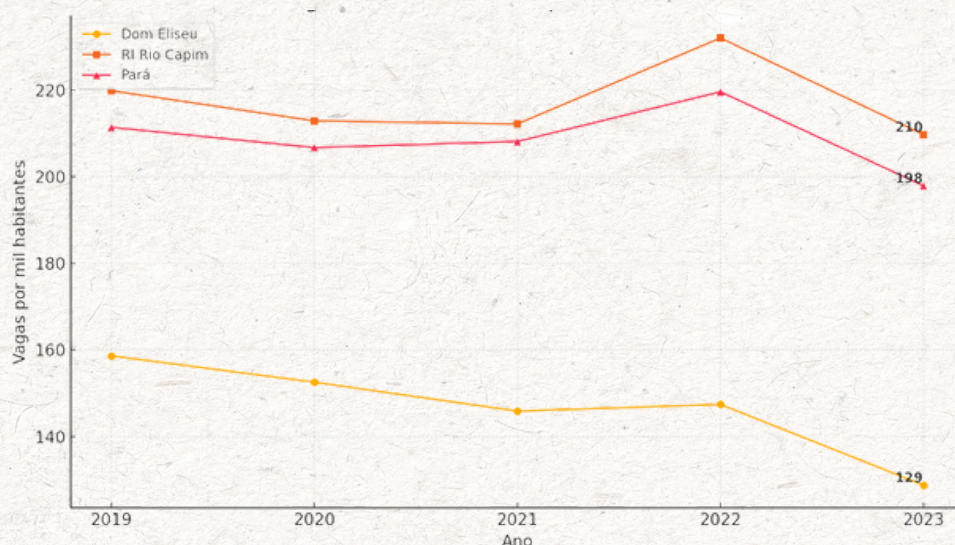


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

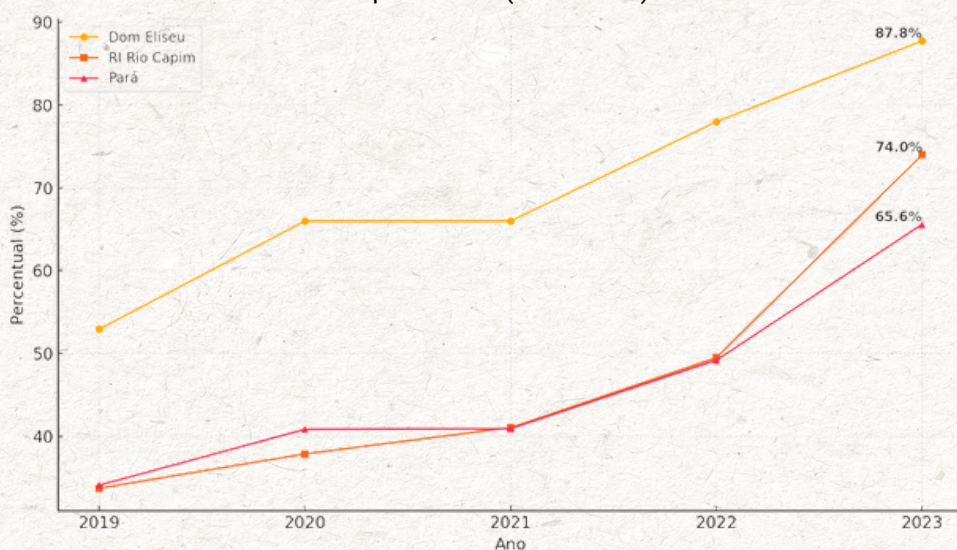
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 129 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Dom Eliseu apresentou melhora expressiva na conectividade escolar ao longo do período. Em 2019, o percentual de escolas com acesso à internet era de 52,9%, subindo para 66,0% em 2020 e mantendo o valor em 2021. Em 2022, o número avançou para 77,9% e, em 2023, atingiu 87,8%. A RI Rio Capim partiu de 33,8% em 2019, foi para 37,7% em 2020, 41,0% em 2021, 49,4% em 2022 e disparou para 74,0% em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 33,5% em 2019 e alcançou 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

O desempenho de Dom Eliseu foi superior tanto à média regional quanto estadual em todos os anos. A expressiva melhora em 2023 mostra investimento significativo em inclusão digital no ambiente escolar. A Região de Integração apresentou avanço tardio, mas expressivo, especialmente entre 2022 e 2023, com salto de quase 25 pontos percentuais. O Pará também registrou trajetória positiva, embora mais modesta e consistente. A ampliação do acesso à internet nas escolas é fundamental para a qualidade da educação, especialmente no pós-pandemia (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

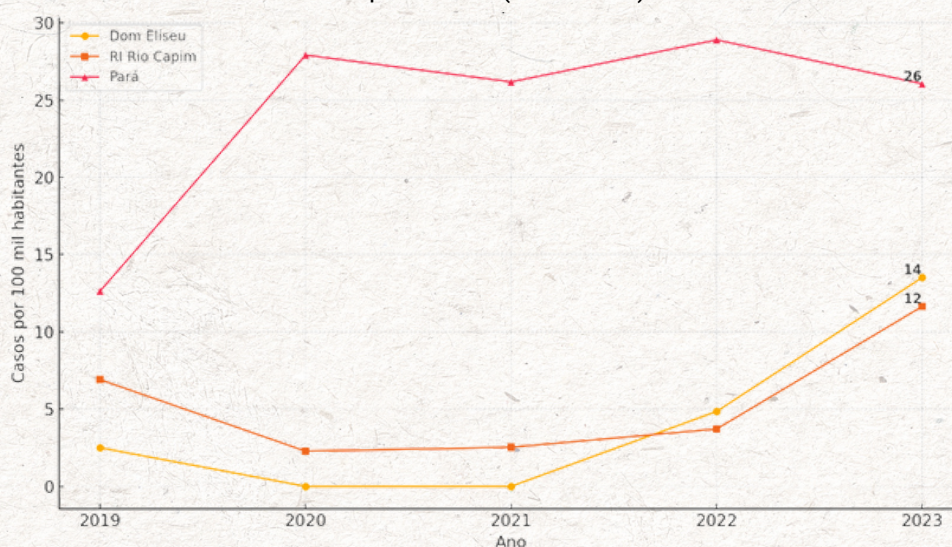


Em Dom Eliseu, o número de casos por 100 mil habitantes começou com 2,6 em 2019, caiu a 0 em 2020 e 2021, subiu para 4,7 em 2022 e atingiu 14 em 2023. Já a RI Rio Capim iniciou com 7,0 casos em 2019, caiu para 2,4 em 2020 e 2,6 em 2021, teve leve alta para 3,7 em 2022 e subiu para 12,0 em 2023. O Pará apresentou crescimento acentuado: de 12,5 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 28,0 em 2020. Após isso, houve pequenas oscilações: 26,3 em 2021, 28,9 em 2022 e 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



A trajetória em Dom Eliseu foi marcada por um crescimento expressivo nos últimos dois anos, após um período com registros nulos. Isso pode refletir não apenas aumento de casos, mas também maior denúncia e visibilidade do problema. A RI seguiu padrão semelhante, ainda que com patamar inferior ao estadual. O Pará mantém níveis muito mais elevados e relativamente estáveis desde 2020. O salto em 2020 pode estar relacionado ao contexto da pandemia, que intensificou a violência doméstica. A evolução no município sugere necessidade urgente de políticas de prevenção e proteção à mulher, além de mecanismos de denúncia mais acessíveis e eficazes (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

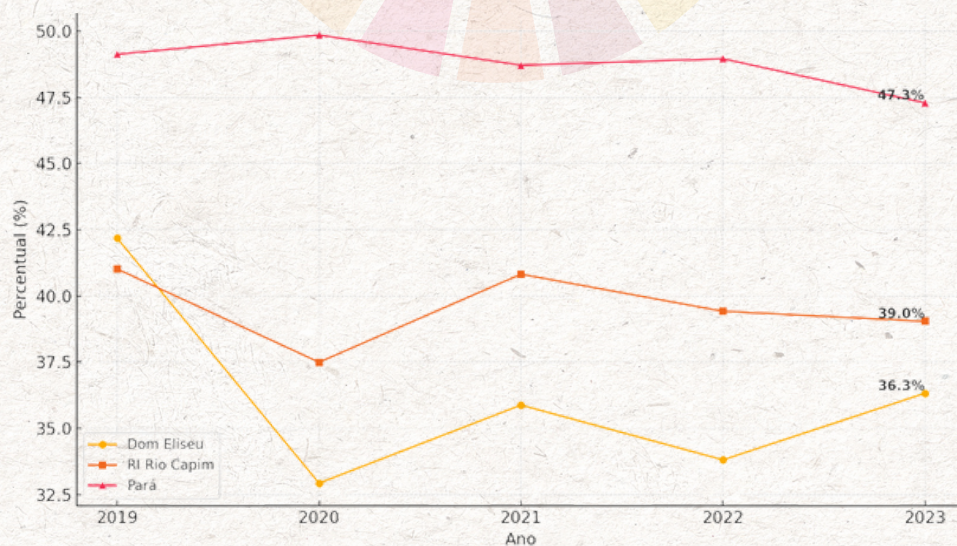
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Dom Eliseu, o percentual de mulheres em cargos gerenciais caiu de 42,3% em 2019 para 32,8% em 2020. Em 2021 subiu para 36,0%, recuou para 34,6% em 2022 e subiu novamente para 36,3% em 2023. Na RI Rio Capim, os percentuais variaram menos: 40,9% em 2019, 37,6% em 2020, 40,9% em 2021, 39,4% em 2022 e 39,0% em 2023. O estado do Pará manteve-se em patamares elevados, com 49,0% em 2019, 49,7% em 2020, 49,0% em 2021, 49,1% em 2022 e 47,3% em 2023 (Gráfico 10).



A presença feminina em cargos gerenciais em Dom Eliseu é visivelmente inferior à média estadual e apresenta instabilidade ao longo do período. A queda acentuada em 2020 pode indicar efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho das mulheres ou mudanças na estrutura de gestão pública e privada. Já a RI mantém valores moderados, acima do município, mas ainda distantes do equilíbrio de gênero. O estado do Pará destaca-se positivamente, com quase paridade de gênero na ocupação desses cargos (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

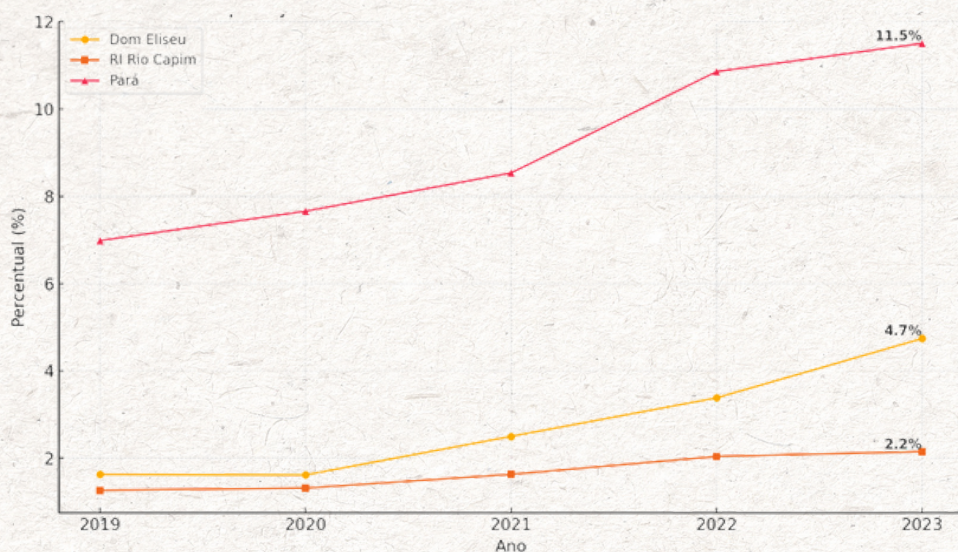
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Dom Eliseu, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto foi de 1,7% em 2019 e 2020. O indicador aumentou para 2,5% em 2021, 3,4% em 2022 e alcançou 4,7% em 2023. A RI Rio Capim iniciou com 1,2% em 2019 e 2020, subiu para 1,6% em 2021, 2,0% em 2022 e chegou a 2,2% em 2023. O estado do Pará teve progressão mais significativa: de 7,0% em 2019, subiu para 7,7% em 2020, 8,5% em 2021, 10,7% em 2022 e atingiu 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Apesar dos baixos percentuais, Dom Eliseu apresentou crescimento contínuo no acesso da população vulnerável à coleta de esgoto. Ainda assim, o valor de 4,7% em 2023 é inferior à média estadual e evidencia a carência de cobertura sanitária para os mais pobres. A RI também segue com cobertura limitada, apesar de avanços pontuais. Já o Pará mostra progresso mais robusto e contínuo, sinalizando expansão dos serviços de saneamento em áreas mais carentes. A defasagem municipal e regional indica a necessidade de ampliar investimentos em infraestrutura básica, com foco na equidade e na saúde pública para populações de baixa renda (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

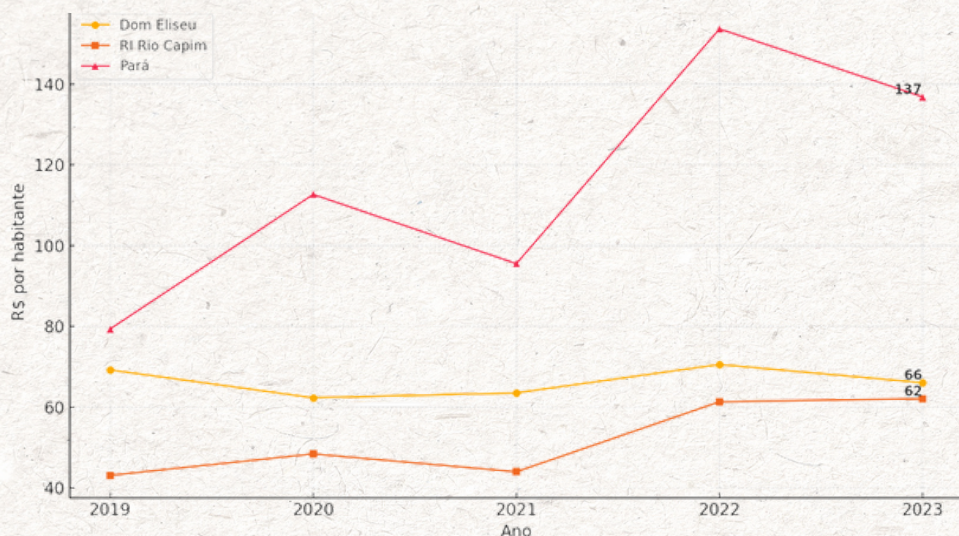
Gasto Municipal com Saneamento per capita

Dom Eliseu teve gasto de R\$ 69,5 por habitante em 2019, caindo para R\$ 62,3 em 2020 e subindo levemente para R\$ 63,5 em 2021. Em 2022, o município elevou o gasto para R\$ 70,2, mas reduziu novamente em 2023 para R\$ 66,3. A RI Rio Capim partiu de R\$ 42,7 em 2019, avançou para R\$ 47,8 em 2020, caiu para R\$ 44,1 em 2021, subiu para R\$ 60,8 em 2022 e manteve R\$ 61,7 em 2023. O estado do Pará começou com R\$ 79,9, saltou para R\$ 113,2 em 2020, oscilou em R\$ 96,4 (2021), chegou a R\$ 152,1 em 2022 e encerrou em R\$ 137,4 em 2023 (Gráfico 12).

O gasto em Dom Eliseu manteve-se relativamente constante ao longo da série, oscilando em torno de R\$ 65 a R\$ 70 por habitante, abaixo dos valores estaduais. A Região de Integração Rio Capim, com menores valores absolutos, demonstrou crescimento nos anos mais recentes, aproximando-se do patamar do município. Já o estado do Pará teve investimentos significativamente superior, destacando-se especialmente em 2022, com valor mais que o dobro do registrado em Dom Eliseu (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 66/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

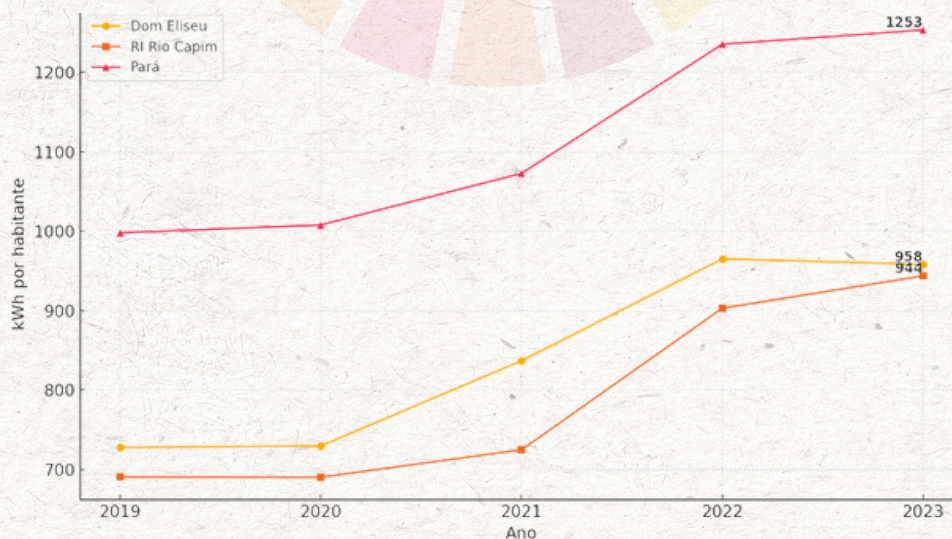


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Dom Eliseu, o consumo de energia per capita permaneceu estável entre 2019 e 2020, em 731 kWh/hab. A partir de 2021, houve crescimento significativo: 839 kWh/hab em 2021, 968 em 2022 e leve queda para 958 kWh/hab em 2023. A RI Rio Capim teve trajetória semelhante, partindo de 684 kWh/hab em 2019 e 2020, subindo para 723 em 2021, 901 em 2022 e 944 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 998 kWh/hab em 2019 e cresceu consistentemente até atingir 1.253 em 2023 (Gráfico 13).

O aumento no consumo energético per capita indica expansão do acesso à eletricidade, aumento da atividade econômica e melhoria no padrão de vida. Dom Eliseu apresentou um crescimento de 227 kWh/hab entre 2020 e 2023, enquanto a RI cresceu 260 kWh/hab no mesmo período. Apesar disso, os níveis municipais e regionais permanecem abaixo da média estadual, que teve incremento de 255 kWh/hab e apresenta a maior demanda energética. Esse contexto destaca a importância de políticas voltadas à universalização do serviço e estímulo à eficiência energética local (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 958 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

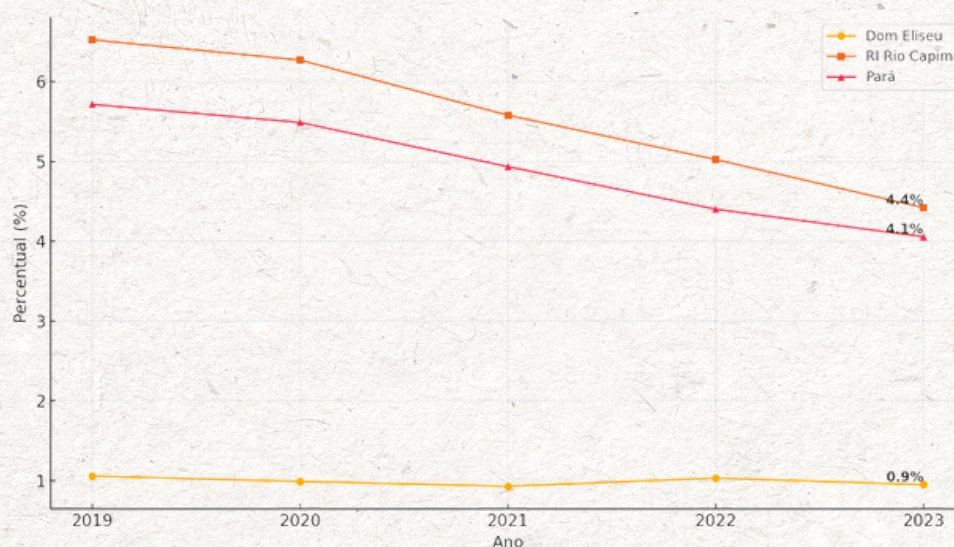
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Dom Eliseu apresentou baixa proporção de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil ao longo do período: 1,1% em 2019, 1,0% em 2020, 0,9% em 2021, 1,0% em 2022 e 0,9% em 2023. Já a RI Rio Capim iniciou com 6,5% em 2019, reduzindo gradualmente para 6,3% em 2020, 5,6% em 2021, 5,0% em 2022 e 4,4% em 2023. O estado do Pará também seguiu tendência de queda: 5,7% em 2019, 5,5% em 2020, 4,9% em 2021, 4,4% em 2022 e 4,1% em 2023 (Gráfico 14).

O município de Dom Eliseu destaca-se por manter percentuais consistentemente baixos, abaixo de 1,1% durante toda a série. Isso evidencia maior cobertura de fornecimento elétrico para a população vulnerável e menor dependência de fontes não renováveis. A RI e o estado mostram progressos significativos, mas ainda enfrentam desafios na universalização do serviço entre os mais pobres. A redução contínua sugere impactos positivos de programas de eletrificação rural e urbana. A consolidação da infraestrutura energética em Dom Eliseu serve como exemplo positivo dentro do contexto regional. (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

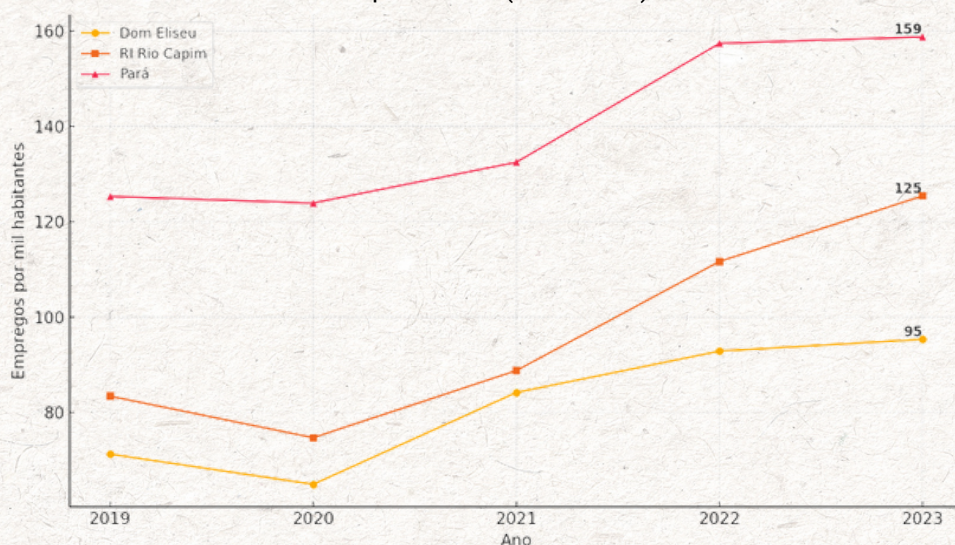


Empregos Formais por Mil Habitantes

A pandemia de 2020 impactou negativamente o emprego formal nos três níveis territoriais, mas a recuperação pós-crise foi expressiva. Dom Eliseu obteve crescimento de 30 empregos por mil habitantes entre 2020 e 2023, evidenciando dinamização do mercado de trabalho local. A RI Rio Capim teve um ganho ainda mais expressivo no período, com aumento de 50 postos formais por mil habitantes. No entanto, o estado do Pará permaneceu com os melhores índices absolutos, com aceleração particularmente notável entre 2021 e 2022 (Gráfico 15).

Em Dom Eliseu, o número de empregos formais por mil habitantes era de 71 em 2019 e caiu para 65 em 2020. A partir de 2021, houve recuperação consistente: 84 naquele ano, 93 em 2022 e 95 em 2023. A Região de Integração Rio Capim seguiu trajetória semelhante: partindo de 83 em 2019, com queda para 75 em 2020, e retomada com 89 em 2021, 112 em 2022 e 125 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, teve 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, leve queda para 124 em 2020 e crescimento para 132 em 2021, 158 em 2022 e 159 em 2023 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

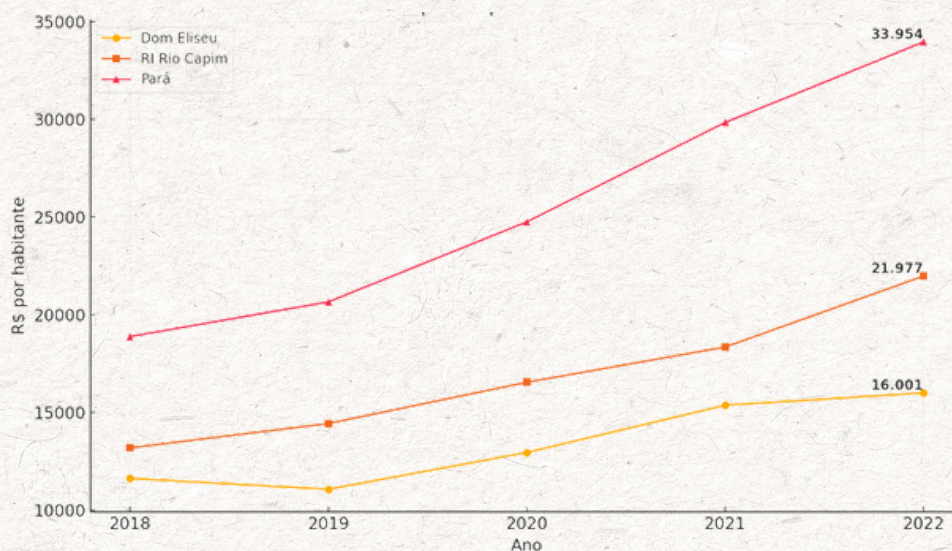
Em Dom Eliseu, o PIB per capita caiu de R\$ 11.625 em 2018 para R\$ 11.102 em 2019. A partir de 2020, houve crescimento expressivo: R\$ 12.970 em 2020, R\$ 15.322 em 2021 e R\$ 16.001 em 2022. A Região de Integração Rio Capim começou com R\$ 13.157 em 2018 e subiu consistentemente para R\$ 14.506 em 2019, R\$ 16.540 em 2020, R\$ 18.487 em 2021 e R\$ 21.977 em 2022. O estado do Pará teve crescimento robusto: de R\$ 18.962 em 2018, R\$ 20.617 em 2019, R\$ 24.662 em 2020, R\$ 29.963 em 2021, até R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).



O comportamento do PIB per capita demonstra expansão econômica nos três recortes geográficos, com destaque para os últimos dois anos da série. Dom Eliseu teve variação acumulada de R\$ 4.899 entre 2020 e 2022, revelando recuperação econômica pós-pandemia. A RI Rio Capim avançou R\$ 5.437 no mesmo período, enquanto o Pará cresceu R\$ 9.292, consolidando-se com o maior PIB per capita. O município ainda apresenta defasagem em relação ao estado e à região, porém mostra trajetória ascendente (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16.001/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

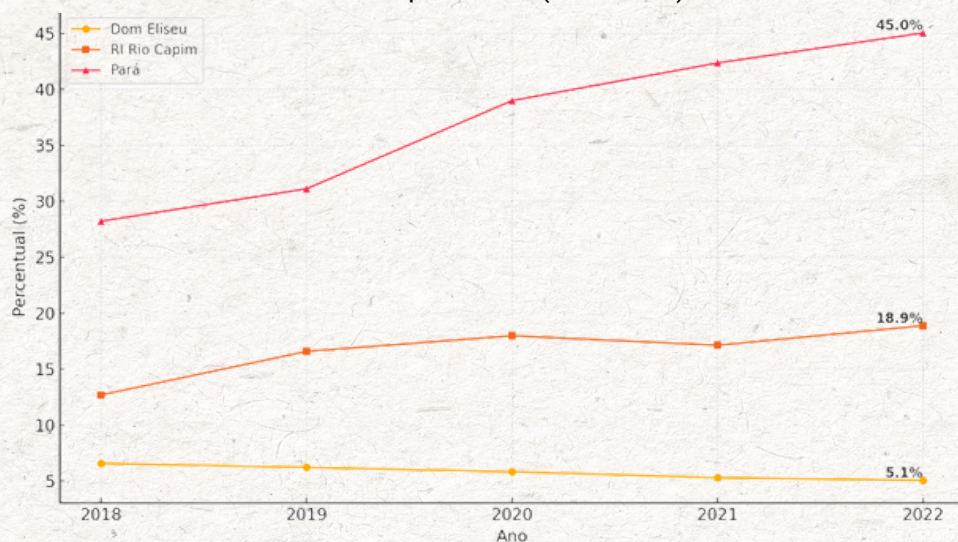


Em Dom Eliseu, a participação da indústria no PIB foi de 6,8% em 2018, caindo gradualmente para 6,4% em 2019, 6,0% em 2020, 5,5% em 2021 e chegando a 5,1% em 2022. A Região de Integração Rio Capim apresentou trajetória oposta: 12,8% em 2018, subindo para 16,5% em 2019, 17,9% em 2020, leve queda para 17,2% em 2021 e retomada para 18,9% em 2022. Já o estado do Pará teve trajetória de crescimento contínuo: 28,2% em 2018, 30,9% em 2019, 38,9% em 2020, 42,4% em 2021 e alcançou 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

Enquanto o estado do Pará consolidou forte expansão do setor industrial em sua estrutura econômica e a RI apresentou crescimento moderado, Dom Eliseu seguiu em direção contrária, com retração contínua da participação da indústria. O recuo de 1,7 ponto percentual entre 2018 e 2022 indica perda relativa de dinamismo industrial no município, que pode estar sendo substituído por outros setores no PIB local. A diferença entre Dom Eliseu (5,1%) e o estado (45,0%) em 2022 é particularmente expressiva, mostrando profunda disparidade estrutural (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Dom Eliseu, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes foi de 7,7 em 2019 e manteve estabilidade com 7,5 em 2020. Em 2021, o índice subiu para 8,4, avançou para 8,9 em 2022 e atingiu 11 em 2023. Na RI Rio Capim, o número caiu de 8,7 em 2019 para 7,6 em 2020, depois cresceu para 9,8 em

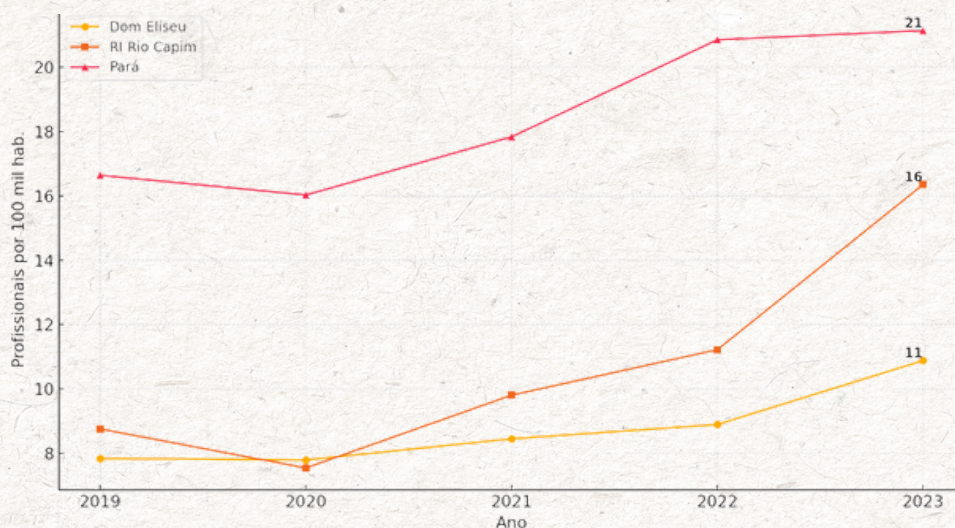


2021, 11,2 em 2022 e 16,0 em 2023. Já o estado do Pará começou com 16,7 em 2019, recuou para 16 em 2020, e seguiu com aumentos: 17,8 (2021), 20,9 (2022) e 21 em 2023 (Gráfico 18).



A evolução do indicador mostra que tanto Dom Eliseu quanto sua região vêm ampliando sua base de profissionais da ciência, embora em níveis muito inferiores ao estado. A partir de 2021, observa-se aceleração mais consistente no crescimento, com destaque para a RI, que superou Dom Eliseu em todos os anos. O Pará, por sua vez, apresenta patamar consolidado e estável, indicando presença institucional e infraestrutura científica mais robusta. O crescimento em Dom Eliseu é positivo, mas o baixo ponto de partida evidencia a necessidade de fortalecer políticas públicas locais voltadas à formação e retenção de profissionais qualificados (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

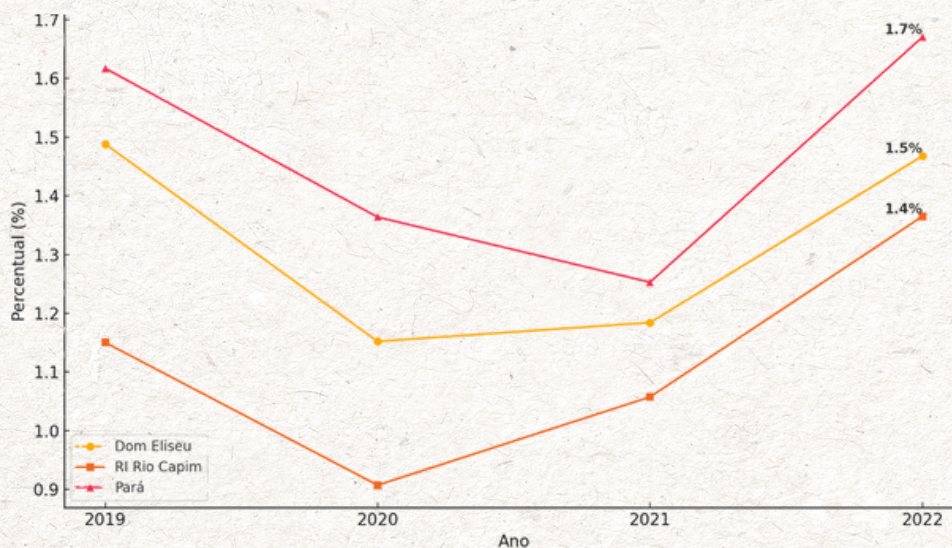


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Dom Eliseu iniciou 2019 com 1,48% do PIB comprometido com a massa salarial dos vínculos formais, mas sofreu queda para 1,16% em 2020. Em 2021, houve leve recuperação para 1,18%, seguida de alta mais expressiva em 2022, quando atingiu 1,5% novamente. A RI Rio Capim também apresentou retração de 1,15% em 2019 para 0,90% em 2020, subindo para 1,06% em 2021 e chegando a 1,38% em 2022. O estado do Pará teve trajetória parecida: 1,62% em 2019, 1,36% em 2020, 1,26% em 2021 e 1,67% em 2022 (Gráfico 19).

A queda observada em 2020 reflete os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal, com recuperação progressiva nos dois anos seguintes. Em 2022, os três níveis territoriais superaram os percentuais de 2021, sinalizando reativação econômica e valorização dos empregos formais. O Pará manteve-se com os maiores percentuais, indicando maior capacidade de geração de renda formal proporcional ao seu PIB. Dom Eliseu recuperou seu nível pré-pandemia, o que representa um bom sinal de retomada (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

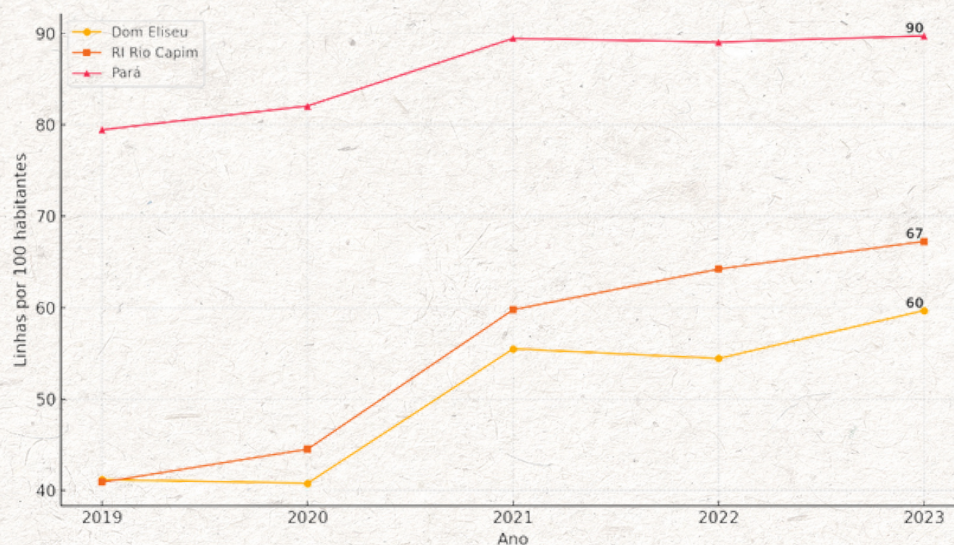
Acesso à Telefonia Móvel

Em Dom Eliseu, o número de linhas móveis por 100 habitantes era de 40,9 em 2019, caindo ligeiramente para 40,2 em 2020. A partir de 2021 houve crescimento: 55,3 naquele ano, queda leve para 54,3 em 2022 e nova alta para 60,0 em 2023. A RI Rio Capim partiu de 41,4 em 2019, subiu para 44,6 em 2020, depois 60,0 em 2021, 64,1 em 2022 e 67,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou valores mais elevados: 79,4 em 2019, 82,0 em 2020, 89,5 em 2021, 88,9 em 2022 e 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

Dom Eliseu mostrou importante avanço em acesso à telefonia móvel a partir de 2021, reduzindo o distanciamento em relação à média da região. Apesar disso, ainda se mantém bem abaixo da média estadual, que apresenta saturação próxima a uma linha por habitante. A RI Rio Capim tem desempenho melhor que o município, mantendo crescimento consistente. Os dados indicam expansão da conectividade no município, o que pode estar relacionado à maior cobertura de sinal e adoção de planos móveis (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

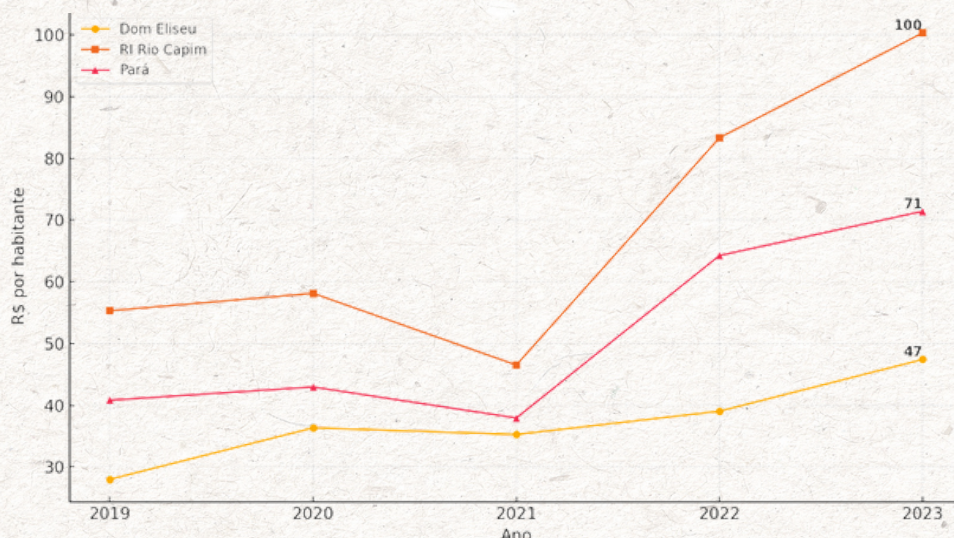
Dom Eliseu iniciou 2019 com R\$ 28 por habitante nesse tipo de despesa, subindo para R\$ 36 em 2020, caindo para R\$ 35 em 2021, e depois subindo para R\$ 39 em 2022 e R\$ 47 em 2023. A RI Rio Capim apresentou R\$ 55 em 2019, R\$ 58 em 2020, recuo para R\$ 47 em 2021, e aumento expressivo para R\$ 83 em 2022 e R\$ 100 em 2023. O estado do Pará teve crescimento contínuo: R\$ 41 em 2019, R\$ 43 em 2020, R\$ 38 em 2021, R\$ 64 em 2022 e R\$ 71 em 2023 (Gráfico 21).

Os dados demonstram que Dom Eliseu tem valores sistematicamente inferiores

aos da RI e do estado, embora apresente evolução gradual desde 2021. A RI Rio Capim teve grande salto em 2022 e 2023, liderando os gastos nesse indicador. O Pará também apresentou esforço crescente na alocação de recursos para cultura e meio ambiente. A oscilação em 2021 pode estar relacionada à pandemia, com ajustes fiscais ou priorização de áreas essenciais. Dom Eliseu precisa avançar mais nesse indicador, especialmente considerando o papel estratégico da cultura e da sustentabilidade ambiental no desenvolvimento local (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



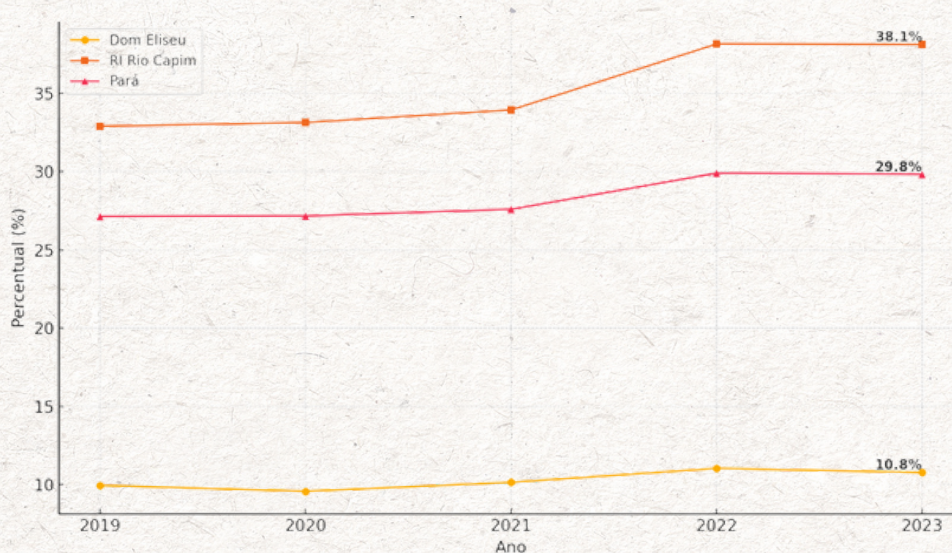
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Dom Eliseu, o percentual era de 9,8% em 2019, caindo levemente para 9,4% em 2020, e depois crescendo para 10,1% em 2021, 11,1% em 2022 e ligeira queda para 10,8% em 2023. A RI Rio Capim apresentou valores mais elevados: 33,0% em 2019, 33,2% em 2020, 33,9% em 2021, salto para 38,1% em 2022, mantendo o mesmo nível em 2023. O estado do Pará iniciou com 27,1% em 2019, manteve 27,1% em 2020, subiu para 27,6% em 2021, 29,9% em 2022 e estabilizou em 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

O município de Dom Eliseu apresenta per-

centuais significativamente inferiores aos das demais esferas territoriais, o que é positivo do ponto de vista ambiental e sanitário. Mesmo com o leve aumento nos últimos anos, os níveis são bem menores que os da região e do estado. Já a RI e o Pará registraram aumento considerável, principalmente em 2022, indicando piora nas condições de destinação de resíduos entre a população vulnerável. Esses dados refletem carência de políticas de coleta regular e educação ambiental em áreas periféricas (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

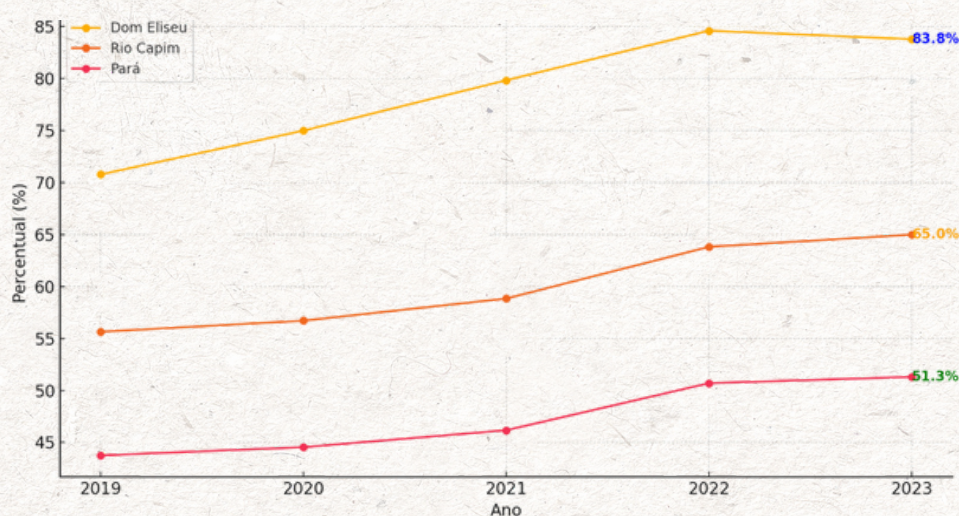
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Dom Eliseu iniciou com 71,0% em 2019, subindo para 75,0% em 2020, 80,0% em 2021, alcançando 84,8% em 2022 e leve queda para 83,8% em 2023. A RI Rio Capim registrou 55,6% em 2019, 56,8% em 2020, 58,9% em 2021, 64,0% em 2022 e 65,0% em 2023. O Pará teve os menores índices, partindo de 43,5% em 2019, 44,3% em 2020, 46,2% em 2021, 50,7% em 2022 e 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

O indicador revela situação crítica em Dom

Eliseu, com mais de 80% da população de baixa renda utilizando fossas rudimentares nos últimos anos. Apesar da ligeira queda em 2023, o patamar ainda é alarmante e muito acima das médias regional e estadual. A RI apresenta condição intermediária, mas também com tendência de alta, enquanto o Pará, embora em crescimento, mantém o menor percentual. O dado aponta para déficit crônico em saneamento básico, especialmente entre os mais vulneráveis (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

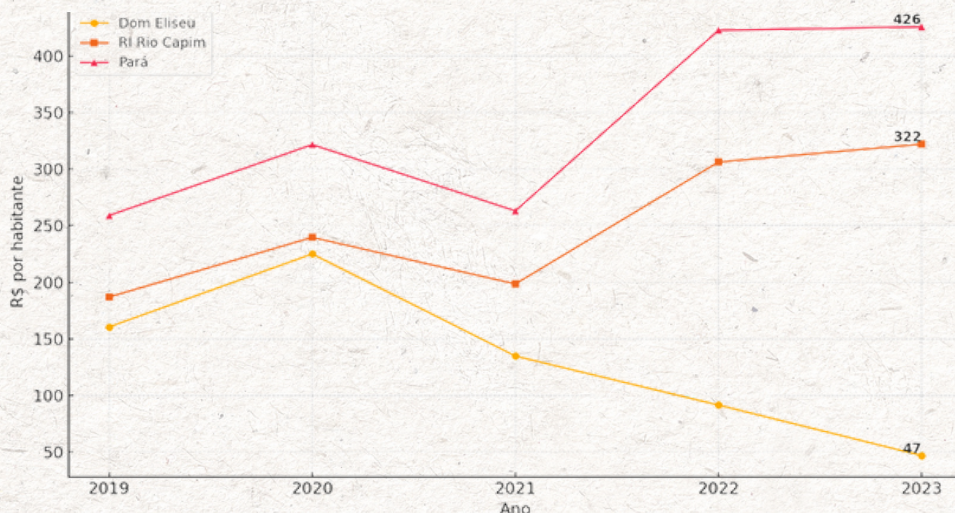
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Dom Eliseu, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 163 em 2019, subiram para R\$ 226 em 2020, mas caíram sucessivamente para R\$ 134 em 2021, R\$ 93 em 2022 e apenas R\$ 47 em 2023. A RI Rio Capim iniciou com R\$ 188, subiu para R\$ 239 em 2020, caiu para R\$ 200 em 2021 e depois saltou para R\$ 308 em 2022 e R\$ 322 em 2023. Já o estado do Pará partiu de R\$ 259 em 2019, subiu para R\$ 322 em 2020, caiu para R\$ 263 em 2021 e, assim como a RI, disparou para R\$ 426 em 2022 e manteve esse valor em 2023 (Gráfico 24).



A análise mostra que Dom Eliseu seguiu trajetória oposta às demais esferas: enquanto RI e estado ampliaram expressivamente os gastos com prevenção, o município reduziu de forma contínua após 2020. Essa redução, que chega a quase 80% entre 2020 e 2023, pode refletir mudança de prioridades orçamentárias ou limitação de recursos locais. Em contrapartida, o expressivo aumento estadual indica maior atenção à gestão de riscos e desastres naturais. A diferença entre Dom Eliseu e o estado passou de R\$ 96 em 2019 para R\$ 379 em 2023. Isso revela um descompasso na preparação local para eventos climáticos extremos, em contraste com a política regional de fortalecimento da prevenção (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 47/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

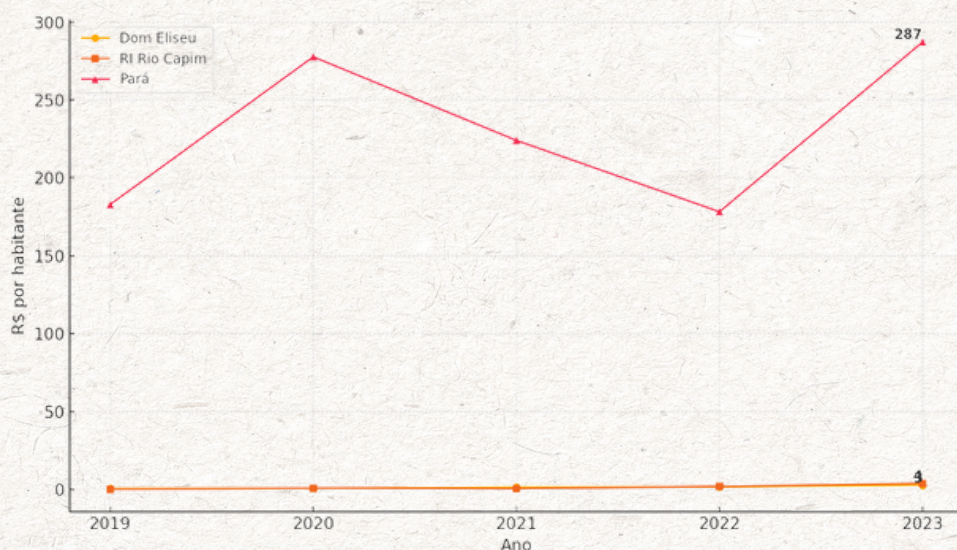
Despesa per capita com preservação aquática

Dom Eliseu não apresentou registros significativos de despesa até 2022, quando foi registrado R\$ 1 por habitante, subindo para R\$ 3 em 2023. A RI Rio Capim também teve zero entre 2019 e 2021, com R\$ 2 em 2022 e R\$ 4 em 2023. O estado do Pará, por outro lado, teve gastos substancialmente maiores: R\$ 183 em 2019, R\$ 277 em 2020, R\$ 224 em 2021, R\$ 179 em 2022 e R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

A grande discrepância evidencia que Dom Eliseu e sua RI ainda não priorizam, de forma

expressiva, a proteção de recursos hídricos. Enquanto o estado manteve valores elevados e crescentes, sobretudo em 2020 e 2023, o município opera em patamares simbólicos. Os números refletem ausência de investimentos estruturados em gestão de rios, lagos ou recursos aquáticos em geral. Essa falta de prioridade pode acarretar impactos no abastecimento, agricultura, pesca e biodiversidade. A partir de 2022 há sinais de início de investimento local, mas os valores ainda são muito aquém do necessário (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

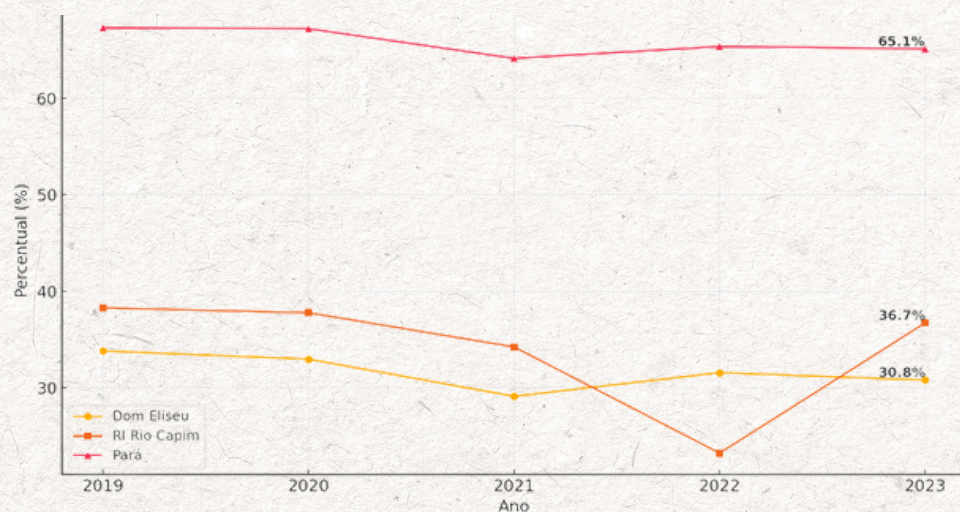
Em Dom Eliseu, a proporção de área florestal caiu de 33,7% em 2019 para 33,0% em 2020 e 29,2% em 2021, com pequena recuperação: 31,5% em 2022 e 30,8% em 2023. A RI Rio Capim seguiu padrão semelhante: 38,4% em 2019, 37,8% em 2020, queda para 34,3% em 2021 e 23,1% em 2022, com recuperação para 36,7% em 2023. O Pará manteve percentuais mais elevados e estáveis: 66,3% em 2019 e 2020, leve queda para 64,0% em 2021 e 65,1% nos dois anos seguintes (Gráfico 26).

Apesar de pequenas variações, o estado do Pará apre-

senta estabilidade na conservação de áreas florestais, mantendo mais de 64% de cobertura. Em contraste, Dom Eliseu perdeu cerca de 3 pontos percentuais entre 2019 e 2023, o que representa recuo real em vegetação nativa. A RI teve queda muito mais acentuada em 2022, com recuperação no último ano, indicando possível reversão de tendência. Essa dinâmica pode ser reflexo de políticas de uso do solo, expansão agrícola e combate (ou não) ao desmatamento ilegal. A preservação de florestas é essencial para manutenção de clima, biodiversidade e regulação hídrica (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

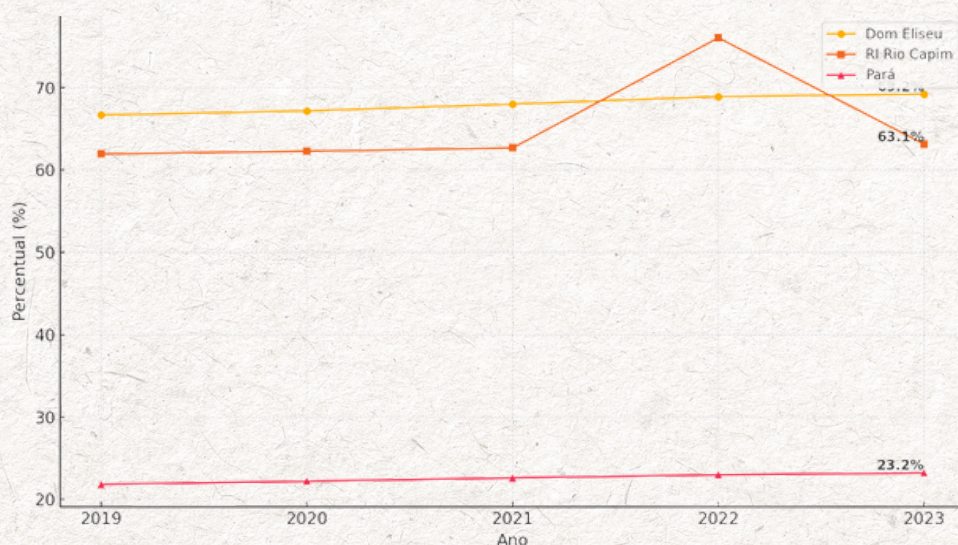
Em Dom Eliseu, o percentual de área desmatada foi de 66,7% em 2019, 67,1% em 2020, 67,8% em 2021, 68,8% em 2022 e leve queda para 68,2% em 2023. A RI Rio Capim oscilou de 62,1% em 2019, 62,4% em 2020 e 62,8% em 2021, disparando para 75,6% em 2022 e retornando a 63,1% em 2023. O estado do Pará teve os menores índices: 21,5% em 2019, subindo levemente até 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Os dados mostram um cenário crítico de degradação ambiental em Dom Eliseu, onde

mais de dois terços da área total já foi desmatada. A tendência de alta entre 2019 e 2022, mesmo que discreta, aponta para avanço contínuo sobre cobertura vegetal. Em 2023 houve leve recuo, mas o valor permanece extremamente elevado. A RI teve uma explosão atípica em 2022, possivelmente refletindo eventos localizados ou mudança metodológica, corrigida no ano seguinte. O Pará, em contraste, mantém índices controlados, com leve crescimento. As políticas de fiscalização e conservação são mais efetivas no nível estadual (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

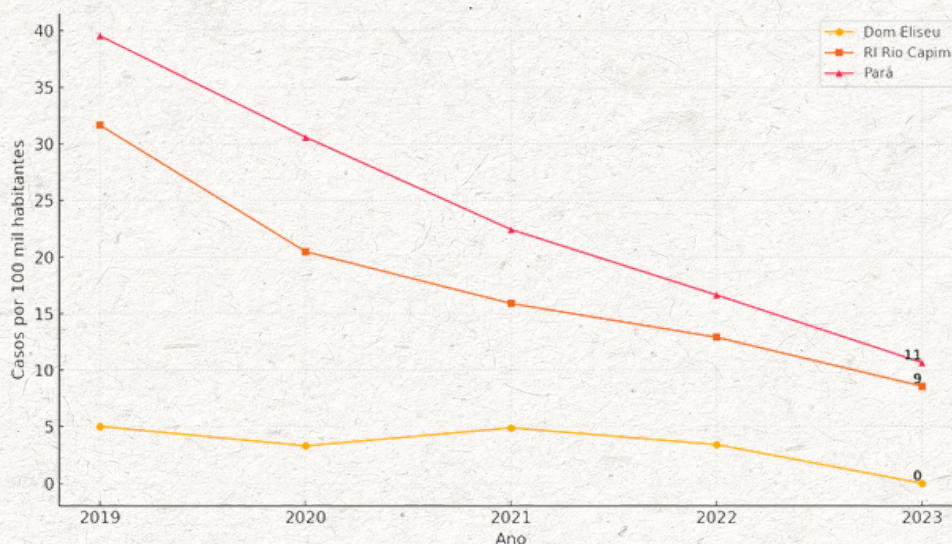
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Dom Eliseu, a taxa de trabalho infantil era de 5,1 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 3,4 em 2020, subindo levemente para 4,9 em 2021, reduzindo para 3,5 em 2022 e atingindo 0 em 2023. A RI Rio Capim apresentou declínio mais contínuo: de 31,9 (2019) para 20,5 (2020), 16,2 (2021), 13,0 (2022) e 9,2 em 2023. Já o estado do Pará começou com 39,4 em 2019, reduziu para 30,4 em 2020, 22,5 em 2021, 16,8 em 2022 e 11,0 em 2023 (Gráfico 28).

A trajetória indica progresso significativo no combate ao trabalho infantil em todas as esferas, com destaque para Dom Eliseu, que chegou a eliminar o indicador em 2023. A RI e o estado também mostraram reduções consistentes, embora ainda apresentem taxas preocupantes. Os dados refletem, possivelmente, o efeito de políticas públicas voltadas à proteção da infância e ampliação da cobertura escolar. A eliminação completa em Dom Eliseu é expressiva, mas requer monitoramento contínuo para garantir sua sustentabilidade (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

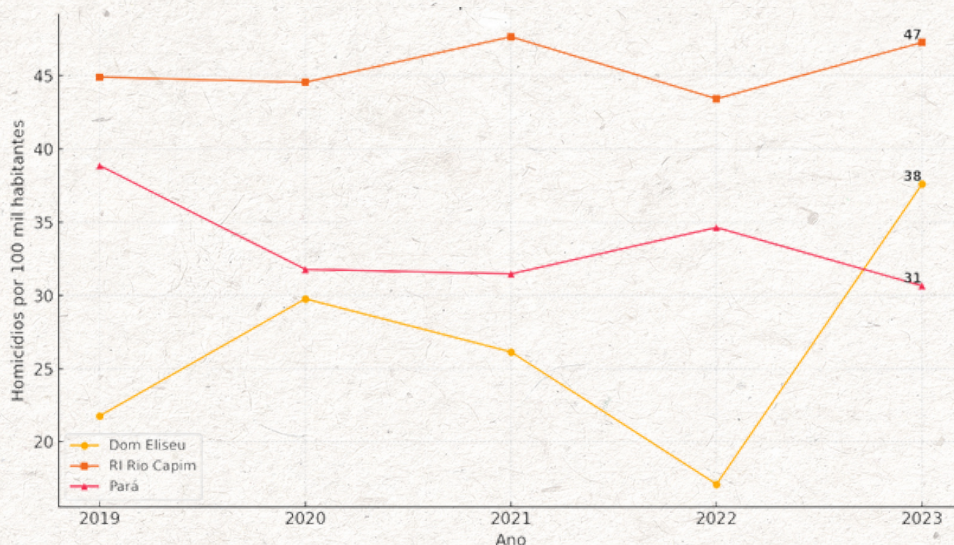
Em Dom Eliseu, a taxa de homicídios foi de 22,0 em 2019, subiu para 29,8 em 2020, caiu para 26,0 em 2021, teve queda expressiva para 16,6 em 2022, mas disparou para 38,0 em 2023. A RI Rio Capim apresentou taxas mais elevadas e estáveis: 45,0 em 2019, 44,6 (2020), 47,5 (2021), queda para 43,4 (2022) e retorno a 47,0 em 2023. Já o estado do Pará partiu de 39,0 em 2019, caiu para 31,9 (2020), 31,7 (2021), subiu para 34,7 (2022) e voltou a cair para 31,0 em 2023 (Gráfico 29).

Dom Eliseu apresentou forte oscilação na taxa de homicídios, com melhora até 2022,

seguida de crescimento expressivo em 2023, ultrapassando a média estadual. A RI manteve um nível elevado e relativamente estável ao longo do período, acima das demais esferas. O estado, por sua vez, apresentou redução geral, embora ainda enfrente índices preocupantes. O aumento em Dom Eliseu requer atenção imediata, indicando possível recrudescimento da violência. A atuação integrada entre segurança pública, políticas sociais e juventude será fundamental para conter esse avanço recente (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

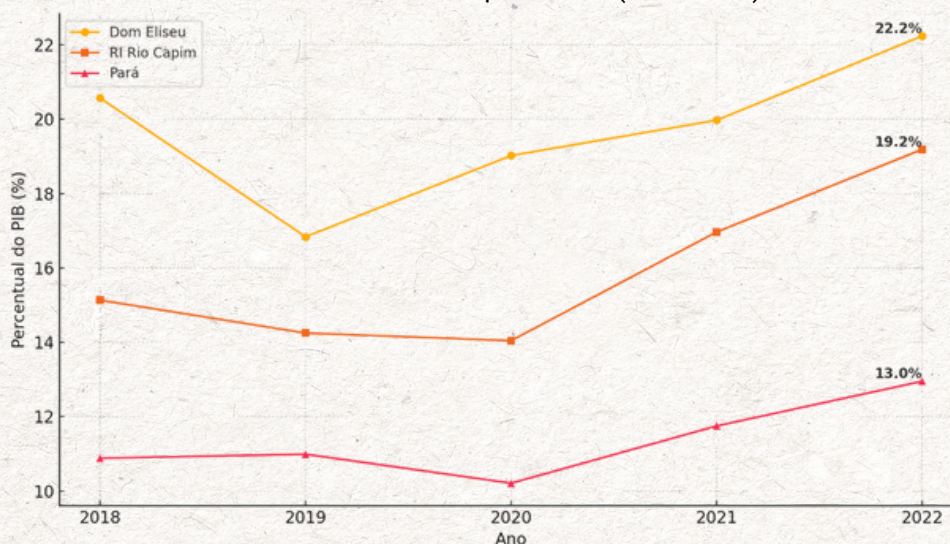


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Dom Eliseu, o gasto público municipal representava 20,6% do PIB em 2018, recuando para 16,8% em 2019. Nos anos seguintes, a tendência foi de crescimento: 19,0% em 2020, 20,0% em 2021 e alcançando 22,2% em 2022. Na Região de Integração (RI) Rio Capim, os percentuais foram menores, com 15,2% em 2018, 14,3% em 2019 e 14,1% em 2020. A partir de 2021, houve aumento mais acentuado: 17,0% e 19,2%, respectivamente. Já no estado do Pará, os percentuais foram mais modestos, iniciando em 10,9% (2018), ligeira alta para 11,0% (2019), queda para 10,2% (2020), e crescimento para 11,7% (2021) e 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O indicador demonstra que Dom Eliseu mantém um volume de gasto público em proporção ao seu PIB superior ao da média estadual e da própria RI. Essa evolução sugere um aumento da presença e atuação do poder público municipal, possivelmente em áreas como saúde, educação e infraestrutura. A retomada do crescimento a partir de 2020 indica um esforço de recuperação ou resposta à pandemia. A RI Rio Capim acompanha esse crescimento, embora com atraso em relação ao município. O Pará segue uma tendência mais moderada, sugerindo menor elasticidade fiscal ou limitação de receitas (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

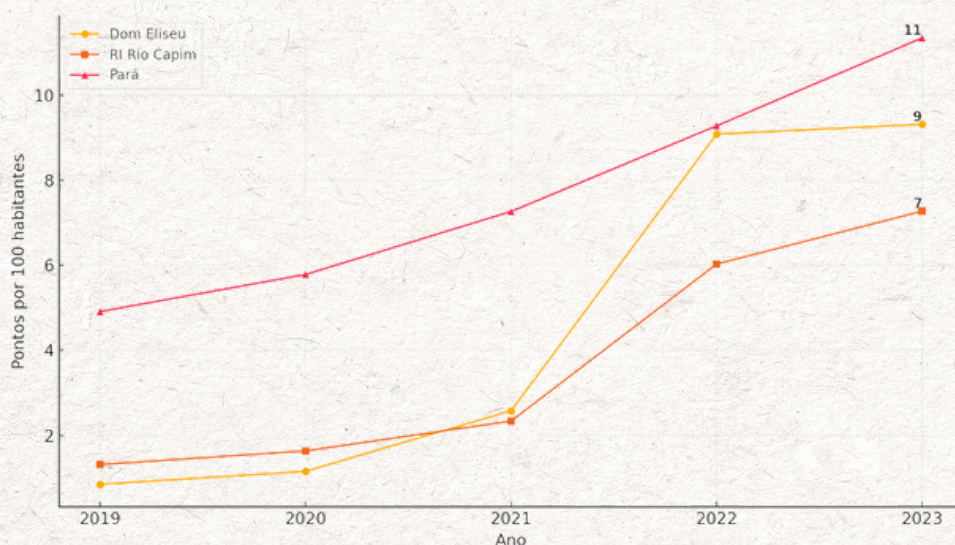
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em 2019, Dom Eliseu registrava apenas 0,9 pontos de acesso à banda larga fixa por 100 habitantes, subindo levemente para 1,2 em 2020 e atingindo 2,6 em 2021. A maior expansão ocorreu entre 2021 e 2022, com crescimento abrupto para 9,2 pontos, chegando a 9,4 em 2023. A RI Rio Capim, por sua vez, partiu de 1,4 em 2019, 1,6 em 2020, avançando para 2,4 em 2021, 6,0 em 2022 e 7,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou trajetória mais elevada: começou com 4,9 (2019), 5,8 (2020), subiu para 7,2 (2021), 9,3 (2022) e atingiu 11,0 pontos em 2023 (Gráfico 31).

A análise evidencia que, apesar do ponto de partida muito inferior, Dom Eliseu protagonizou o avanço mais acelerado entre os três níveis. Entre 2019 e 2023, o município aumentou em mais de 940% sua taxa de acesso, encurtando a distância com a média estadual. A RI Rio Capim também avançou, mas com crescimento proporcionalmente menor. O estado do Pará manteve crescimento contínuo e mais estável, com salto total de 6,1 pontos no período. A curva acentuada em Dom Eliseu, especialmente entre 2021 e 2022, pode refletir investimentos em conectividade escolar, programas federais ou incentivos locais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

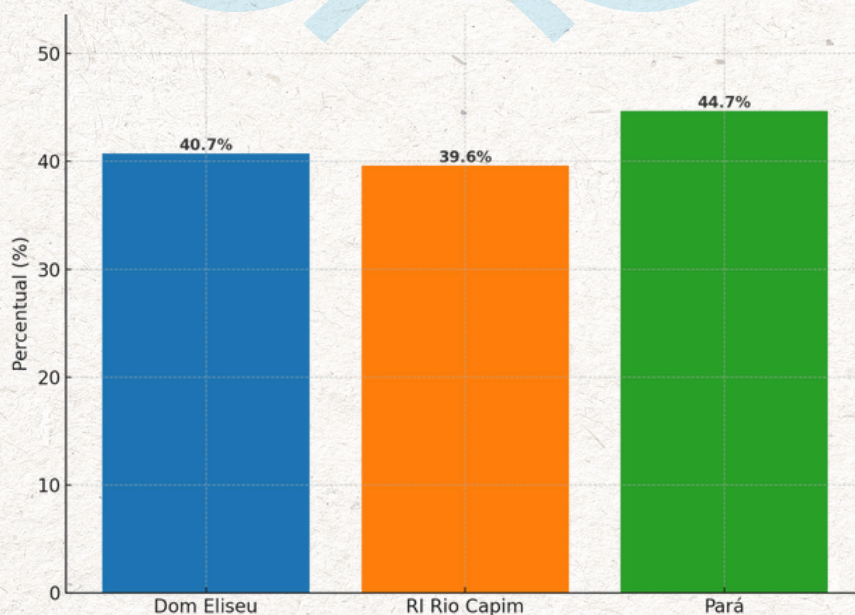
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Dom Eliseu** registrou um IDS de **40,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Dom Eliseu x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



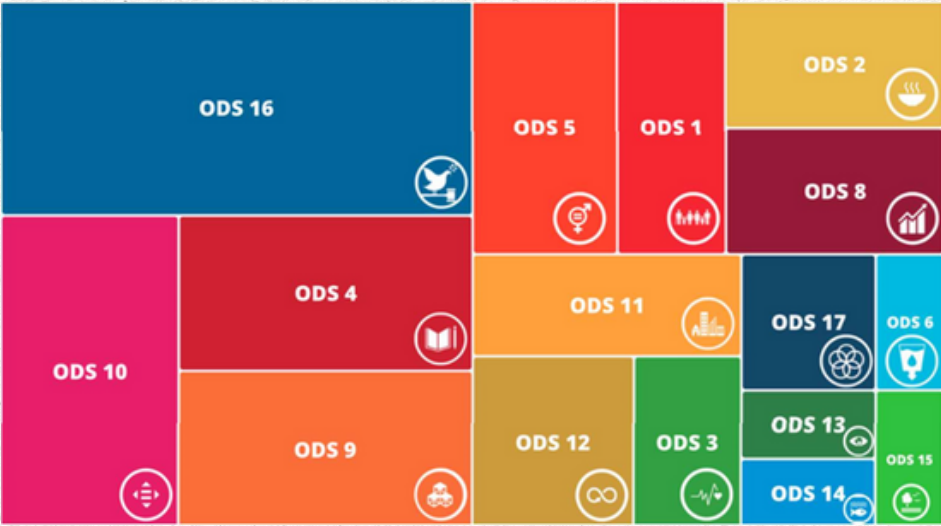
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-


mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Dom Eliseu na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Dom Eliseu e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

